

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERFACES QUE ENVOLVEM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS¹

GENDER RELATIONS AND SEXUALITY IN CHILDHOOD EDUCATION: INTERFACES INVOLVING PEDAGOGICAL PRACTICES

Valéria Pall ORIANI (Autora)²

Cláudio Rodrigues da SILVA.³

À memória da autora da tese, Valéria Pall Oriani, que dedicou parte significativa de sua vida à questão da educação e dos direitos humanos.

Relações de gênero e sexualidade na educação infantil: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas é resultado de pesquisa de Doutorado em Educação, tese defendida em 2015 por Valéria Pall Oriani, sob orientação da Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista.

A pesquisa empírica foi realizada em duas escolas de Educação Infantil da rede municipal de Marília, Estado de São Paulo, Brasil. Com o aporte de bibliografia atinente à temática em referência, a autora realizou entrevistas com trabalhadoras/es da docência, da direção, da coordenação pedagógica, da psicologia e da supervisão da Educação Infantil⁴.

¹ ORIANI, Valéria Pall. *Relações de gênero e sexualidade na educação infantil*: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas. 2015. 101 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/Valeria_Pall_Oriani_tese_2015.pdf Acesso em: 19 fev. 2016.

² Graduação em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus de Marília. Integrou o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília e o Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia vinculados à UNESP, FFC. Suas pesquisas na área da Educação envolveram as temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidade.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília. Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: silvanegrao@gmail.com

⁴ Considera-se que, mesmo que nem todas/os as/os trabalhadoras/es da escola sejam docentes, todas/os são, em alguma medida, educadoras/es – no sentido *lato* de educação –, independentemente de seus cargos ou funções (SILVA, 2015). Dessa forma, doravante, pessoas nos cargos ou funções mencionadas pela autora são apresentadas como educadoras/es. Em algumas ocasiões são feitas menções, distintamente, a professoras ou a professores, com vistas a enfatizar as atividades ou condições específicas de cada um desses segmentos na Educação Infantil, especialmente no que se refere a atividades educativas envolvendo questões de gênero ou de sexualidade.

Também concederam entrevista a Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP, Campus de Bauru) e o Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro (UNESP, Campus de Araraquara), cujas produções acadêmicas propiciam significativas contribuições para a temática abordada nessa pesquisa.

As principais categorias analíticas aplicadas durante a pesquisa foram: relações de gênero, práticas sexistas, masculinidade hegemônica e manifestações da sexualidade.

Tendo como objetivo conhecer como as/os educadoras/es que atuam na Educação Infantil posicionam-se diante de manifestações ou questionamentos feitos por educandas/os acerca do tema em discussão, Oriani analisou a questão das relações de gênero e da sexualidade nas práticas pedagógicas nesse momento da escolarização. A autora buscou, ainda, levantar as dificuldades que se apresentam às/aos educadoras/es no cotidiano da escola ou durante atividades relacionadas a essa temática.

Quanto à relevância da pesquisa, no entendimento de Oriani (2015, p. 62):

[...] são poucos os estudos que dedicam-se a compreender como se dá a construção das identidades sexuais na infância, se e como a escola trabalha esta questão. A escola, em geral, estabelece e reafirma apenas as formas de masculinidade e feminilidade concebidas como referência, modelo ou vistas como normais, baseadas na concepção de heteronormatividade.

Conforme a autora, a Educação Infantil é o primeiro contato da criança com a educação formal. Assim, “Práticas sexistas na educação e socialização de crianças pequenas contribuem para que a ordem de poder existente em nossa sociedade seja reproduzida e perpetuada ao longo do tempo.” (ORIANI, 2015, p. 35).

A formação docente, inicial ou continuada, é fundamental para a capacitação e para o processo de mudança de posicionamento em relação ao assunto tratado.

[...] trabalhar em sentido contrário requer uma formação que vai além daquela que os profissionais recebem em seus cursos profissionalizantes. Trata-se da necessidade de formar pessoas que sejam capazes de questionar o *status quo* existente, de transformar o familiar em exótico, em algo a ser revisto, redescoberto. Tarefa deveras difícil quando o assunto refere-se a valores e crenças construídas historicamente e que são, por isso mesmo, culturais. [...] Por essa razão, tais práticas são concebidas como naturais pela maior parte das pessoas. (ORIANI, 2015, p. 35-36)

O despreparo teórico-prático de educadoras/es para lidar com esse tema tem diversos impactos, tanto no que se refere às condições de trabalho desse segmento quanto no que tange às práticas pedagógicas.

Nota-se que a sexualidade tem representado angústias para as professoras e para os professores municipais desta cidade. Professoras e professores não têm a formação necessária para saber agir convenientemente em relação à curiosidade das crianças, então permitem que os valores e medos façam parte de suas práticas pedagógicas. (ORIANI, 2015, p. 75)

Em se tratando de professores, se cotejados com a situação de professoras, abordar assuntos relacionados a gênero ou à sexualidade torna-se ainda mais polêmico e desafiador, devido aos preconceitos e às resistências, tanto de familiares de educandas/os quanto de outras/os educadoras/es, pois, conforme destaca a autora, há uma tendência preconceituosa ou discriminatória de associar à homossexualidade ou à pedofilia⁵ professores que atuam nessa etapa da educação escolar. Isso tem relações inclusive com a histórica e equivocada vinculação, de forma exclusiva ou privilegiada, entre Educação Infantil e o cuidado⁶, considerado uma atividade inerente à mulher. Para Oriani (2015, p. 66),

Devido aos estereótipos de gênero tidos como naturais, eles [professores] são constantemente vigiados, pois há a preocupação com a sexualidade incontrolável do homem e, também, porque são as mulheres vistas como mais apropriadas para a educação das crianças pequenas, num prolongamento do papel da mãe.

A autora aponta que “As falas de nossos entrevistados revelam que por trás das cortinas, o cenário sofreu poucas alterações. Porém, reconhecer o problema é o primeiro passo para solucioná-lo [...]”, inclusive porque, conforme Oriani, “[...] são esses discursos que vão alimentar os preconceitos e estereótipos reconhecidos em busca da compreensão da sexualidade.” (ORIANI, 2015, p. 21).

A Tese está estruturada em três capítulos, além da introdução, da conclusão, das referências e dos anexos, que apresentam os roteiros de entrevistas aplicados às/aos entrevistadas/os.

O primeiro capítulo, denominado *As práticas sexistas: o reforço diário para a manutenção* de um padrão heteronormativo, tem como objetivo apresentar análise das concepções das/os educadoras/es acerca dos desvios em relação aos padrões hegemônicos de gênero e de sexualidade. Nesse capítulo, Oriani discorre sobre os seguintes tópicos: 1) As percepções sobre as práticas pedagógicas e a transgressão das crianças; 2) As questões sobre o sexismo; 3) O posicionamento de pesquisadores; e 4) Práticas pedagógicas e o reforço sexista.

5

⁶A autora apresenta discussão sobre as relações entre a dimensão do educar e a dimensão do cuidar, bem como de algumas implicações disso para a atuação de professoras e de professores na Educação Infantil.

No segundo capítulo, intitulado *Relações de gênero na escola: educadoras/es buscando seus lugares*, a autora tem como objetivo problematizar a vivência das relações de gênero nas escolas selecionadas para a realização da pesquisa, em especial no que se refere à atuação dos professores na Educação Infantil. Os tópicos apresentados nesse capítulo são: 1) Relações de gênero na escola: educadores falam o que pensam; e 2) Relações de gênero na escola: breve análise.

No terceiro capítulo, *Sexualidade na educação infantil*, Oriani analisa as práticas docentes diante de ocorrências de atitudes ou questionamentos, da parte das/os educandas/os, relacionados à sexualidade. Nesse capítulo os tópicos abordados são: 1) As ações e concepções das/os educadoras/es sobre a sexualidade; 2) Como os pesquisadores da sexualidade contribuíram com essa pesquisa; e 3) Questões iniciais a respeito dos aspectos discutidos.

Da conclusão destacam-se alguns dos pontos abordados pela autora, que destaca que “[...] os educadores selecionados para a realização [...] [da] pesquisa possuem uma concepção sobre sexualidade infantil baseada no senso comum [...]” (ORIANI, 2015, p. 82). Essa concepção faz com que seja negada ou ignorada a questão da sexualidade entre o público desse momento da escolarização, inclusive porque, não raramente, a sexualidade é confundida com sexo. Para tratar desses assuntos, as/os educadoras/es entrevistadas/os recorreram a “valores morais ou religiosos ou à família”.

Preconceitos ou resistências para tratar dessa temática não são, conforme Oriani, exclusividade da Educação Infantil, configurando-se um desafio também no Ensino Superior, que, no Brasil, tem a prerrogativa de formar as/os professoras/es dos níveis precedentes.

Trata-se de um tema não raramente considerado tabu, porém, inevitavelmente presente, de forma explícita ou implícita, no cotidiano das escolas, *inclusive* na Educação Infantil, momento que, para determinados segmentos da sociedade, a “[...] sexualidade na infância é por si só [um assunto] assustador e polêmico.” (ORIANI, 2015, p. 83). As “lacunas no processo de formação inicial” de docentes configuram-se como um dos fatores que contribuem para práticas pedagógicas inadequadas.

Não obstante o caráter, por regra, reprodutivista do ensino oficial – pautado pela heteronormatividade, em consonância com a formação social que o concebe –, a autora defende que as/os educadoras/es têm possibilidade de atuar em perspectivas diferentes ou contrárias à hegemônica, visando combater os preconceitos ou as discriminações relativas a questões de gênero ou de sexualidade.

As práticas pedagógicas – como, por exemplo, a divisão de atividades, a formação de filas, a atribuição de brinquedos ou de brincadeiras de forma estereotipada, rígida ou dicotômica para meninas e meninos, entre outras práticas presentes nas relações do cotidiano da escola –, tendem a reforçar o padrão heteronormativo. Aliás, acrescenta-se, partindo de apontamentos de Dal Ri e Vieitez (2008), que as relações sociais que

ocorrem no interior da escola configuram-se como um currículo oculto, um importante componente do processo educativo.

Considera-se que os dados resultantes dessa pesquisa, além de apresentarem as concepções do público pesquisado, podem, com as devidas mediações, ajudar a entender aspectos das concepções de outras/os educadoras/es acerca da temática em tela.

Oriani aponta, como já enunciado, aspectos relacionados à atuação dos professores na Educação Infantil. No entanto, além desse segmento, há que se considerar, ainda, em todos os níveis de educação escolar, a presença e a participação de pessoas, tanto na condição de educandas/os quanto na de educadoras/es, com outras orientações sexuais, dados os preconceitos ou as discriminações a que estão sujeitas essas pessoas. Isso se aplica também a segmentos de estudantes público-alvo da Educação Especial, que, não raramente, partindo do que apontam Soares, Moreira e Monteiro (2008) acerca de jovens com deficiência, são impactados pelos estigmas em torno de sua sexualidade.

Destaca-se a inter-relação entre diferentes preconceitos ou discriminações em decorrência de diversos fatores vinculados à questão da diversidade – gênero, sexualidade, etnia, religiosidade, dentre outros – e seus impactos, tanto para educadoras/es (direito ao trabalho) quanto para educandas/os (direito à educação escolar – acesso, permanência, progressão e apropriação dos conhecimentos). Isso porque, em dados casos, há inter-relações entre o exercício de diferentes direitos que, em alguma medida, são imbricados entre si e impactam nas esferas política, econômica ou cultural. Além disso, restrição ou a negação de determinados direitos configura-se, também, violação dos Direitos Humanos.

Determinados direitos, ainda que isoladamente não sejam suficientes, são necessários para que possam ocorrer avanços em termos – desde abordagens críticas ou não hegemônicas – de igualdade, de equidade, de respeito à diversidade, de inclusão social, princípios fundamentais para uma sociedade – e, por conseguinte, uma educação – democrática e inclusiva.

Esses princípios são incompatíveis, dentre outras, com práticas sexistas, machistas, patriarcais, práticas essas que têm, em alguma medida, imbricações com outras hierarquias sociais verticais, inclusive no que se refere à divisão do trabalho, seja a divisão sexual seja a divisão entre trabalhos eminentemente manual ou intelectual.

Numa conjuntura, no Brasil, em que setores *mais* conservadores intensificam, explicitamente ou não, a apologia ao preconceito e à discriminação e promovem ataques, por exemplo, à democracia, aos Direitos Humanos e ao direito à diversidade, a capacitação teórico-prática, ainda que isoladamente não seja suficiente, é necessária para que pessoas ou organizações que visam combater essas ou outras hierarquias sociais verticais possam posicionar-se, de maneira consistente e fundamentada, diante desses assuntos. Isso se aplica especialmente às/aos educadoras/es que trabalham em perspectivas antagônicas ou divergentes da hegemônica.

Além disso, a atual conjuntura brasileira está marcada pela intensificação do processo de precarização, aligeiramento e esvaziamento da formação docente, em especial no que se refere a áreas ou a disciplinas relacionadas aos denominados fundamentos políticos, filosóficos, sociológicos e históricos, que podem conferir elementos para análises, em claves críticas, da sociedade e da educação, inclusive no que tange à desnaturalização de padrões hegemônicos de sociabilidade. Compreender esses fundamentos é crucial para se posicionar criticamente em relação às diversas disputas teórico-práticas que envolvem diferentes políticas ou projetos educacionais ou societários. A formação docente é um fator importante para isso.

Outro ponto a ser destacado é que a Educação Infantil abrange um momento-chave no desenvolvimento físico e intelectual da pessoa. Porém, no Brasil, essa etapa da educação escolar está, cada vez mais, marcada por um processo articulado de mercantilização, de privatização e de precarização das condições de trabalho, por conseguinte, das condições de ensino, bem como pela atuação de organizações que, por suas concepções político-ideológicas, tendem a lidar de forma controversa com a questão da diversidade, portanto, no contra fluxo da legislação federal, dos princípios da Educação Inclusiva e dos Direitos Humanos. Isso tem várias implicações, como, por exemplo, riscos de retrocessos no que tange ao direito à educação escolar pública, gratuita, laica, universal, de qualidade e, principalmente, democrática e inclusiva, consignas históricas de diversos movimentos populares vinculados às classes trabalhadoras.

Concomitantemente a isso, a precarização da formação docente, como já pontuado, além dos riscos de impactos negativos na qualidade de educação escolar, reduz ou elimina das matrizes curriculares conhecimentos que podem subsidiar análises dos motivos ou das repercussões desse processo, bem como de suas inter-relações com o projeto hegemônico de educação e de sociedade.

A tese da Dra. Valéria Pall Oriani configura-se como uma importante contribuição para professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os, gestoras/es escolares, bem como outros segmentos ou pessoas interessadas nessa temática, que, como ressaltado, demanda mais investigações e problematizações.

As últimas palavras são da autora da tese: “Negar a existência de um problema é um indício de que o mesmo será perpetuado e naturalizado. Ver como natural a ignorância humana é vê-la como uma fatalidade determinada pela ordem cósmica.” (ORIANI, 2015, p. 84).

ORIANI, V. P.; SILVA, C. R. Gender relations and sexuality in childhood education: interfaces involving pedagogical practices. *ORG & DEMO* (Marília), v. 19, n. 2, p. 12-134, Jul./Dez., 2018.

REFERÊNCIAS

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

SILVA, Cláudio Rodrigues da. Educação Inclusiva, gestão democrática, e a questão da consonância entre os currículos formal e oculto. **ORG&DEMO**. Marília, v. 16, n. 2, p. 65-86, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/5520/3806>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SOARES, Ana Helena Rotta; MOREIRA, Martha Cristina Nunes; MONTEIRO, Lucia Maria Costa. Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 13, p. 185-194, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000100023&lng=pt. Acesso em: 13 mar. 2016.

Submetida em: 05/11/2018

Aceita em: 05/12/2018

